



ASFIA/RJ

ASFIA

Informativo da Associação dos Servidores da Fundação para a Infância e Adolescência

www.asfia.org.br

FUNDADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VIII - Nº XIX - AGOSTO 2016

Crise na Gestão Pública

JOSÉ RICARDO LIMA BASTOS



Servidores e população são vítimas da incompetência na Administração Pública, que resultou no caos dos serviços públicos no Estado do Rio de Janeiro. A ASFIA faz uma análise do atual quadro de calamidade na política administrativa e financeira

Editorial

Calamidade na Política

A ASFIA traz nessa edição do informativo impresso uma análise da crise político-financeira no Estado do Rio de Janeiro. Os servidores da FIA são privilegiados acerca do conhecimento sobre o que é incompetência na Administração Pública. Nos últimos anos, todos os governadores do nosso Estado foram incompetentes na gestão das políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes.

Atualmente, vemos o descaso com o atendimento ao cidadão contribuinte e eleitor, que vota em candidatos para representá-los dignamente e trabalham mais de 5 meses em um ano para pagar impostos ter um retorno em serviços públicos simplesmente medíocre.

Nesta edição do jornal do ASFIA mostramos a necessidade da união dos servidores públicos representado pelo MUSPE (Movimento Unificado) para enfrentar e denunciar a incompetência e inoperância dos nossos últimos governantes. São 38 entidades, entre associações e sindicatos.

Usar os Jogos Olímpicos como um dos culpados é desviar o foco dos equívocos cometidos nos últimos mandatos eletivos. Eles não efetuam qualquer tipo de planejamento a médio e longo prazo e qualquer nuance negativa na Economia como a recessão e a queda de receitas como os royalties do petróleo e arrecadação do ICMS podem abalar a estrutura de todo o Estado. Eles fazem política de governo e não Política de Estado. Usam o cargo para obter vantagens ilícitas e se perpetuar no



A ASFIA liderou os protestos contra as extinções das fundações

Poder desviando dinheiro público para o próprio enriquecimento e para se perpetuar no Poder por meio de "Caixa 2", dinheiro para campanha eleitoral.

A calamidade pública político-financeira atinge a FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) e consequentemente os seus atendidos - crianças, adolescente e até adultos especiais - que estão sendo negligenciados pelo Poder Público.

O informativo traz as audiências públicas realizadas na Alerj (Assembleia Legislativa) sobre o tema e as reuniões periódicas da ASFIA com a diretoria da Fundação.

Por fim, a tradicional página de opinião dos nossos diretores que estão lutando incessantemente pela melhora das condições de trabalho do servidor público e da dignidade como pessoa humana que todos merecem receber.

Boa leitura!

ANDERSON SANCHEZ



ASFIA

Informativo da Associação dos Servidores da Fundação para a Infância e Adolescência

CNPJ 31.887.300/0001-68

Sede: Av. Marechal Floriano, 199 - Sala 901
Centro - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20.080-005

Sub-sede: Rua Voluntários da Pátria, 120
Botafogo - Rio de Janeiro/RJ

CEP 22260-010

Tels.: 2527-2568 - 2266-0331

Email: asfia@oi.com.br

Site: www.asfia.org.br

ROGERIO DE SOUZA FERNANDES
Diretor Presidente

CARLOS ALBERTO DIAS (Gilberto Borel)
Diretor Vice-Presidente

EUNICE GOMES AYRES
Diretor Secretário

TEREZA CRISTINA DA CONCEIÇÃO
Diretor Vice-Secretário

MARIA TERESINHA PINTO DA SILVA
Diretor Tesoureiro

JUARENES GONÇALVES PERES
Diretor Vice-Tesoureiro

IARA REGINA OLIVEIRA DA FONSECA
Diretor de Comunicações e Imprensa

CLARA CLARICE DA COSTA TIMBÓ
Diretor Sócio-Cultural

LÚCIA PEREIRA COELHO
Diretor de Formação Sindical

CECÍLIA DE LIMA COSTA
Diretor de Esporte e Lazer

NEUSA BRITTO
Diretor de Administração

CONSELHO FISCAL

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA
Membro Efetivo

MARLENE PEDRO RISCADO
Membro Efetivo

CARMEN ELIZA LIMA SOARES
Membro Efetivo

PAULO DE ALCÂNTARA PESSÔA
Suplente

ANDERSON SANCHEZ
Jornalista Responsável
IP27896-RJ

Jorge Marcos
Diagramação: 99666-4491

Tiragem
2 mil exemplares

Impressão
Gráfica MEC

O informativo é produzido pela
S&M Editora
www.semieditora.com.br

Atendimento e Reuniões
Terças, quartas e quintas-feiras



ASFIA

Associação dos Servidores da
fundação para a infância e adolescência

Fundada 21 de outubro de 1981



Obtenha mais informações no site da ASFIA. Lá você também encontra fotos, vídeos e legislação.

Acesse: www.asfia.org.br

Servidores unidos contra o desgoverno estadual

Movimento Unificado é reativado para que o servidor não pague a conta da crise financeira

O servidor público está pagando a conta da crise financeira no Estado. Desde dezembro o salário está sendo pago com atraso e parcelado. Mais de 30 asso-

DIVULGAÇÃO



O Ato de Reação contra a Falência da Moralidade no Estado foi a primeira manifestação do MUSPE

ciações e sindicatos reativaram o MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais) para denunciar a verdadeira razão pelo quadro atual de falência nas contas públicas do Rio de Janeiro e lutar pelos direitos de quem presta serviço para a população fluminense.

O MUSPE obteve vitórias importantes no passado. Um reajuste salarial unificado em 2008 e a vitória ao barrar o fim dos triênios dos servidores por meio de uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade)

em 2012. No dia 8 de janeiro, o Movimento foi oficialmente reativado com 32 entidades de classe e realizou no dia 3 de fevereiro a primeira manifestação na escadaria da Alerj (Assembleia Legislativa). Houve grande Ato Público no dia 2 de março também em frente ao parlamento estadual.

Para não pagar a conta

A reunificação dos servidores ocorreu depois do governo estadual parcelar o pagamento de novembro e o 13º salário no mês de dezembro. Ativos e inativos que ganham acima de R\$ 2 mil (47% dos servidores) só receberam a diferença desse valor no dia 9 de dezembro, uma semana depois da data do pagamento. Já a segunda metade do 13º foi parcelado em cinco vezes. Quem quis receber tudo teve que efetuar uma operação de empréstimo com os juros pagos pelo Governo. Ainda em dezembro, o início do pacote de maldades e desrespeito com o servidor público ficou completo com o anúncio do atraso nos pagamentos a partir de janeiro. O Decreto nº 45.506, publicado no dia 18, alterou do segundo para o sétimo dia útil a data de pagamento.

Ainda no último mês do ano, o Governo anunciou o fim de uma autarquia e cinco fundações estaduais. Além da FIA. A Alerj arquivou a matéria no dia 23 de fevereiro, após a mobilização dos servidores e contestação dos números da economia necessária nas despesas do Estado apresentados pelo Poder Executivo.

No mês de março voltou a atrasar. O Governo publicou o Decreto nº 45.593, em 8 de março, alterando a data de pagamento para o 10º dia útil. Só que dessa vez, além de mais um atraso, os inativos e pensionistas ficaram sem receber no dia 14 de abril. A Defensoria Pública entrou com uma ação civil pública e somente no dia 28 os desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio suspenderam



ANDERSON SANCHEZ

A ASFIA na passeata até a Secretaria de Fazenda no dia 14 de abril



Ato Público nas escadarias da Alerj no dia 18 de junho



Servidores da FIA no Ato Público do MUSPE em Campos no dia 23 de junho

o decreto que adiou para maio o pagamento dos salários de março dos aposentados e pensionistas que recebem acima de R\$ 2 mil mensais. Houve um arresto de R\$ 648 milhões para pagar 143 mil créditos pendentes.

O Governo do Estado voltou a parcelar os salários de maio pago em junho. A primeira parcela foi depositada na noite do dia 14. Os servidores receberam R\$ 1 mil mais 50% da diferença entre o valor líquido do vencimento e a parcela de R\$ 1 mil. A outra parcela ficou sem data estabelecida. O pagamento só ocorreu no dia 4 de julho. Somente os servidores ativos da Educação receberam integralmente devido aos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Continua na pág. 4

SECRETARIAS EXTINTAS

- A Secretaria de Habitação foi absorvida por Obras;
- Proteção e Defesa do Consumidor pela Secretaria de Governo;
- Prevenção à Dependência Química e Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida pela Saúde;
- Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca foi para a Secretaria de Agricultura e Pecuária.

Além das cinco secretarias, outros órgãos foram incorporados:

- Cehab (Companhia Estadual de Habitação) pela Secretaria de Obras;
- Procon (Proteção e Defesa do Consumidor) pela Secretaria de Governo;
- Programa de Artesanato do Estado pela Secretaria de Turismo;
- Ceasa (Centrais de Abastecimento) e a Fiperj (Fundação Instituto de Pesca) pela Secretaria de Agricultura e Pesca;
- Cedepi (Conselho Estadual para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) e os programas de tratamento à dependência química pela Secretaria de Saúde.

No dia 9 de junho, o governador interino Francisco Dornelles anunciou cinco medidas com a meta de economizar R\$ 1 bilhão por ano. Três decretos foram publicados e determinavam a redução de despesas operacionais de pelo menos 30% nas secretarias e outros órgãos públicos; a extinção de cinco secretarias; a racionalização dos 100 maiores contratos; a trans-



Os servidores da FIA na passeata até o Palácio Guanabara em 6 de abril

Por fim, com o objetivo de chantagear ao Governo federal para obter mais recursos e conseguir a suspensão da dívida pública, o Governo estadual decretou Estado de Calamidade Pública no âmbito da administração financeira e o risco de não honrar os seus compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Eles também indicam a possibilidade de total colapso na segurança pública, saúde, educação, mobilidade e gestão ambiental e a interrupção da prestação de serviços públicos essenciais para a população.

O Estado usa as Olimpíadas do município na busca de recursos para os meses de julho e agosto. O que cabe especificamente ao Governo fluminense é a Segurança Pública e a mobilidade urbana. O estado de calamidade pública é usado em casos de desastre natural. Adaptado para a catastrófica gestão governamental, o chefe do poder Executivo interino, Francisco Dornelles, publicou o decreto após acordo com o presidente da República, também interino, Michel Temer. Foi uma forma de permitir que o Governo federalaju-

ferência de imóveis para o Rioprevidência, visando a sua capitalização; além da suspensão dos programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

No dia 9 de junho todos os órgãos e entidades da administração estadual terão de reduzir, pelo menos, 30% de despesas operacionais (despesas de pessoal e/ou despesas correntes). As secretarias de Educação, Saúde, Segurança e Administração Penitenciária foram excluídas dessa obrigação por serem consideradas essenciais ao Estado.

Colapso na prestação do serviço público



O deputado licenciado André Correa é a favor da demissão de servidores

dasse o Rio de Janeiro sem o ônus de fazer o mesmo para outros estados que também estão em dificuldade. O risco do insucesso das Olimpíadas foi o principal argumento para pedir a ajuda federal.

Outro pleito do Rio em conjunto com outras unidades da federação foi a suspensão do pagamento da dívida com a União. O presidente em exercício concordou que até dezembro os estados não paguem a dívida e a partir de janeiro efetue o pagamento de 5,5% por mês até chegar aos 100% em 2018.

Corte de Pessoal

Apesar desse alívio, o horizonte é tenebroso. O fim das Olimpíadas pode trazer notícias ainda piores para os servidores. Desde dezembro, quando iniciou o pacote de maldades do Governo, há um discurso comum entre os secretários de Governo para demitir servidores públicos. Entre eles o secretário do Ambiente, André Correa, e o de Fazenda, Julio Bueno. André Correa declarou que “se pudesse, demitiria 30% dos servidores de sua pasta”. Já Bueno disse que a estabilidade do servidor se tornou um tabu e que a “demissão de quem não tem zelo é um instrumento que temos que ter” ao ser questionado sobre a quebra de estabilidade do servidor público. O secretário

ANDERSON SANCHEZ



Ato Público no Tribunal de Justiça no dia 23 de junho culminou com a entrega na Alerj do pedido de impeachment de Pezão e Dornelles por crime de responsabilidade por não destinar investimentos necessários para a educação e a saúde.

ANDERSON SANCHEZ



ASFIA no protesto contra a aprovação da repartição dos royalties do petróleo

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO MUSPE

- ✓ Reposição das perdas salariais de 2015, conforme a Constituição Federal;
- ✓ Retorno do calendário de pagamento até o 2º dia útil do mês subsequente;
- ✓ Contra o pacote de medidas contido no PL 18/2016, que penaliza os servidores públicos estaduais;
- ✓ Pelo fim das Organizações Sociais e terceirização no funcionalismo público;
- ✓ Contra o parcelamento de salários e 13º salário;
- ✓ Fim das isenções fiscais danosas para o Estado.

de Fazenda Julio Bueno acabou sendo exonerado no dia 19 de julho e o presidente do RioPrevidência, Gustavo Barbosa, assumiu a pasta.

Hoje são necessários R\$ 1,445 bilhão para pagar os 468.621 ativos, inativos e pensionistas. Mais uma vez o Governo mostra a incompetência na gestão pública. Como cortar pessoal onde há falta de servidores na maior parte dos setores considerados essenciais para o serviço público?

Pelo menos, os servidores ainda esperam que a Justiça faça a parte dela. No caso do calendário de pagamento, o ministro do Supremo Tribunal Federal, o guardião da Constituição Federal, Ricardo Lewandowski, concedeu uma liminar, decisão provisória, no dia 18 de julho, que deve ser cumprida sob pena de arresto das contas públicas, onde obriga ao Estado pagar os salários dos servidores públicos até o terceiro dia útil do mês posterior ao trabalhado. A FASP-RJ (Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores) acionou o Supremo, após o Tribunal de Justiça do Rio suspender uma liminar que garantia o pagamento. O Governo informou que iria recorrer da decisão, mas até o fechamento desta edição não havia decisão sobre tal recurso.

Incompetência Administrativa

O Governo já enumerou os motivos pela crise financeira, mas não assume que grande parcela de culpa na crise é a própria incompetência na Administração Pública.

A recessão econômica, a queda no valor do barril do petróleo, na arrecadação do ICMS e o rombo no Rioprevidência são algumas das razões apresentadas. É fato que nos últimos anos o mercado internacional e a crise política e econômica brasileira reforçaram esses problemas, mas a falta de planejamento na gestão pública para articular novas formas de produção no estado para movimentar a economia e aumentar a arrecadação além da velha conhecida corrupção contribuíram para o caos nas contas do Governo.

A Secretaria de Fazenda é competente em mostrar números. O orçamento do Estado para 2016 é de R\$ 78,8 bilhões, mas o déficit era de R\$ 19 bilhões sendo R\$ 12 bilhões com o Rio Previdência e R\$ 7 bilhões da dívida pública. A queda da arrecadação do ICMS, que responde por 70% dos impostos estaduais, recuou R\$ 34,01 bilhões em 2015, em torno de 10% nos últimos 12 meses.

Por sua vez, o ex-governador Sergio Cabral, que elegeu o sucessor Luiz Fernando Pezão, disse que a lei do pré-sal é a maior responsável pela crise. Embora, a nova lei não esteja em vigor.

Royalties mal aplicados

Os royalties não é um imposto e sim uma indenização ao proprietário para extração de recursos finitos da natureza. No caso brasileiro, também existem as



Fernando Cavendish, dono da construtora Delta (no centro), é amigo e cliente de muitos políticos. Ele aparece em uma festa, em Paris, em 2009, com o então governador Sérgio Cabral e parte do secretariado. Cavendish faturou bilhões em obras. A foto (destaque) é de Cavendish em Bangu 8, com os cabelos cortados, após ser preso no dia 1º de julho acusado de ter participado de um esquema que desviou R\$ 370 milhões em obras públicas efetuadas pela Delta

participações especiais que é uma forma de compensação proporcional à produção e à rentabilidade de cada campo de petróleo. Os royalties são pagos mensalmente, as participações trimestralmente. Portanto, sempre foi uma receita volátil que poderia despencar com a nova lei que prevê a repartição entre os estados sem considerar os estados produtores ou pela queda no preço do barril de petróleo. O primeiro caso não ocorreu, apesar de ser o mais provável. A lei aprovada pelo congresso nacional, após derrubar o veto da presidente da República Dilma Roussef, foi suspensa por força de uma liminar deferida pela ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal. Já o preço do barril de petróleo despencou. Ele custava US\$ 110 dólares em janeiro de 2013 e caiu para US\$ 30,85 três anos depois. A arrecadação com os royalties do petróleo caiu R\$ 4,2 milhões em 2015, 44% em relação ao ano anterior. Na época de alta dos royalties, os valores recebidos deveriam ter sido aplicados para momentos de crise como o atual e não usados para custeio.

Isenções fiscais pagariam cinco anos de salário

O Governo Cabral também obteve R\$ 40 bilhões em empréstimos e concedeu benefícios fiscais nos dois mandatos. O relatório do TCE (Tribunal de Contas do Estado) aponta a concessão de diversas isenções fiscais a empresas, entre 2008 e 2013. Além dos setores automotivo de petróleo, energia elétrica e bebidas terem sido beneficiados com o argumento de geração de empregos, segmentos joias e pedras preciosas também deixaram de pagar impostos. Estas áreas não geram tanto empregos assim como também as mercadorias não são acessíveis para a maioria da população. Portanto, uma política pouca efetiva e que ainda prejudicou o funcionamento dos serviços públicos no estado. De acordo com o TCE, o va-

Servidor público pode ser demitido?

O artigo 169 da Constituição federal permite a demissão de servidores públicos caso o gasto com pessoal exceda os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que no caso dos Estados está estabelecido em 60% da receita líquida corrente. Contudo, há um trâmite a ser seguido. O artigo 19, §3º, da LRF, diz que primeiramente devem-se reduzir em pelo menos 20% os gastos com os funcionários comissionados ou em função de confiança; e depois exonerar os servidores não estáveis, aqueles que estão em estágio probatório, com até três anos no serviço público. O risco é grande de demitir servidores não estáveis e posteriormente os estáveis porque a Lei não exige a demissão de 100% dos cargos comissionados, mas somente 20%. Depois disso, o § 4º autoriza a exoneração do servidor estável, desde que de forma motivada e ainda obriga ao Executivo não criar cargo idêntico pelo prazo de 4 anos. A dispensa nessa situação ensejará o rompimento do contrato de trabalho sem justa causa, devendo o Executivo arcar com a rescisão integral. Além de receber os encargos trabalhistas o servidor dispensado por corte de despesas e enquadramento à LRF terá direito ainda a uma indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

lor total estimado do que não foi arrecadado é R\$ 138,6 bilhões. Esse montante seria suficiente para pagar cinco anos e três meses de vencimentos ao funcionalismo, já incluindo o 13º salário. Sem dúvida, o maior "ralo" na receita do Estado.

Diante do caos administrativo e pouca ação para melhorar o quadro calamitoso, o Governo estadual conta com a ajuda do Governo federal e não apresenta soluções. Especialistas indicam algumas medidas necessárias. É emergente a venda de papéis da dívida ativa para gerar receita. Os débitos com pessoas físicas e jurídicas seriam oferecidas a instituições financeiras. A estimativa do próprio Governo é de arrecadar R\$ 4 bilhões. O aumento de impostos também não é permitido pela Constituição no meio do ano. Somente a União pode elevar impostos regulatórios e contribuições. Mesmo assim, em um quadro de recessão econômica, essa medida pode ser quase nula e até ter efeito contrário adiando a retomada do crescimento econômico. Por fim, para fechar a conta, todos são unânimes sobre a Reforma da Previdência, que consome 70% das receitas.

Já os servidores públicos devem estar mais unidos para combater o Leviatã, que consome e desvia os recursos provenientes da população e que deveriam tê-la como destinatário. O pacote de maldades vai atingir trabalhadores e pais de família diretamente e por consequência a população fluminense tudo em decorrência da incompetência de governantes que não souberam planejar o futuro e ainda gastaram sem controle o dinheiro público de forma errada, além dos desvios criminosos para beneficiar campanhas políticas por meio do "caixa dois" ou até mesmo satisfazer a ganância pessoal.

Cabral e Pezão teriam recebido R\$ 30 milhões, segundo delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. A fortuna foi para ajudar a criar caixa 2 na campanha à reeleição do Rio, em 2010. O governador interino Francisco Dornelles também teria recebido, em 2009, R\$ 9 milhões do presidente da empreiteira Queiroz Galvão, Ildefonso Colares Filho, para silenciar a CPI da Petrobras. Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, afirmou que recebeu, em 2010, propina de uma fornecedora da estatal disfarçada de doação oficial. Para alguns políticos, disse Machado, a propina era paga em espécie e para outros, como Dornelles, na forma de doações oficiais.

A culpa não é das Olimpíadas

DIVULGAÇÃO

Logo após, o Governo decretar estado de calamidade, o prefeito Eduardo Paes fez uma apresentação, no dia 21 de junho, para desmistificar que o País está pagando pelas Olimpíadas. Ele informou que a crise financeira no Governo do estado não tem a ver com os Jogos. A prefeitura do Rio é responsável por 93,5% das obras para o evento.

Do orçamento total de R\$ 39,07 bilhões, 57% vieram da iniciativa privada. Dois terços são investimentos em projetos de legado, que ficarão para o uso da população carioca. A prefeitura viabilizou, com recursos próprios ou parcerias privadas, a maior parcela, R\$ 19,31 bilhões. As demais instâncias de governo foram responsáveis por fatias menores: R\$ 10 bilhões do estado (grande parte para as obras da Linha 4 do metrô) e R\$ 2,36 bilhões da União. Já na chamada Matriz de Responsabilidade (obras realizadas apenas para os jogos), dos R\$ 7,07 bilhões gastos, 60% (R\$ 4,24 bilhões) vieram de fontes privadas. No caso do dinheiro pú-



blico, apenas 0,1% (ou R\$ 7,6 milhões) foram de responsabilidade do estado e, 29,6% (ou R\$ 2,1 bilhões), da União. O resto (70,3% ou R\$ 4,97 bilhões) foi investido pelo município. É costume também no Brasil extrapolar o orçamento. O prefeito afirmou que a Rio 2016 custará 35% a menos do que o previsto. Ele comparou que em outras cidades que sediaram os Jogos, a previsão inicial foi superior em 35% em Pequim 2008, 133% em Londres 2012 e 609% Barcelona 1992. Outro discurso diz que investir dinheiro nos

aparelhos de competição para um evento desse porte tira recursos que poderiam ser investidos em Educação e em Saúde. Eduardo Paes apresentou números para contestar essa informação. Segundo ele, a prefeitura investiu nos sete anos de preparação para as Olimpíadas R\$ 35.450 bilhões em Educação e R\$ 29.500 bilhões em Saúde. Na construção dos estádios, foram R\$ 732 milhões, 1% do que foi destinado para essas áreas consideradas essenciais para a população.

Além dos empregos gerados nas obras pela cidade, o evento ajudou a aumentar os investimentos no município. Segundo Eduardo Paes, em 2009 tinha sido investido R\$ 500 milhões e em 2015 foi R\$ 8,7 bilhões, incluindo recursos próprios do município, repasses da União, operações de crédito e recursos privados. É bom lembrar que a prefeitura está com as contas no azul e os servidores além de receber a primeira parcela do 13º no dia 15 de julho, também conseguiram um reajuste salarial de 10,34% em novembro de 2015. A prefeitura também por conta da crise orçamentária assumiu a gestão de dois hospitais estaduais. ♦

DIVULGAÇÃO



O prefeito Eduardo Paes tentou desmistificar que a culpa da crise no Governo do Estado é culpa das Olimpíadas

OPINIÃO

Brasília seu cenário não é um beleza

Parodiando a música “**Exaltação a Mangueira**”, andei em alguns momentos assistindo a TV Senado. As palavras bizarras que foram ditas pela maioria dos congressistas no que tange ao processo de Impeachment da presidente da República Federativa do Brasil.



Peres

Quero deixar bem claro que não tenho nenhum partido político e não sou contra a saída da presidente, sou contrário a quem entrou, já que o interino trará de volta o **Neoliberalismo**, sou de opinião de que o País está em trevas em todos os campos, mormente no setor político, não sou nenhum intelectual, acho que minha capacidade está muito aquém disso, mas também não sou apedreado para ficar ouvindo asneiras de políticos ineficientes. Desta forma chego à conclusão que nosso Senado e Câmara dos Deputados não é uma beleza. **A MANGUEIRA SIM.**

Temos congressistas de todos os tipos e gostos, bancada da bola, bancada evangélica, bancada agnóstica, bancada militar, etc., sendo que a maioria do Senado já foi governador em seus estados por várias vezes, aí eu pergunto? Porque esses parlamentares não se aposentam? Da mesma forma, respondo, porque não querem largar o “**filé**”, **já quem rói o osso é o Povo, seu verdadeiro patrão.** Trabalham três dias por semana, com todas as regalias possíveis e imagináveis para falar besteiras inumeráveis e querendo aparecer, já que os holofotes estavam todos para eles.

Estou desapontado com tudo e todos. Minha premonição diz que teremos três saídas:

ARROCHO – ARROCHO – ARROCHO... É NOSSO TEMER

Isnif... isnif... isnif... isnif... isnif... isnif...

INDECÊNCIA:

Esta palavra significa que não tem decência, obsceno. Sou servidor público ainda na ativa, mas daqui a 50 metros

ou passos estarei assim como meus colegas sendo atirado no precipício. Veja o que o governador suplente fez (já que na edição anterior eu escrevi sobre o titular). Desrespeitando a tudo e a todos, pondo em polvorosa a situação daqueles que por mais de 40 anos dedicaram suas vidas no sagrado exercício do labor em prol desse estado da federação.

É inexplicável o que o governador e seus secretários da área econômica conseguem fazer. Pergunto eu e gostaria que eles respondessem qual o motivo das isenções fiscais já que esse dinheiro daria para pagar os salários dos servidores ativos, inativos e pensionistas por cinco anos. E não privando a vida do trabalhador, no momento que ele mais precisa, onde as moléstias chegam e os remédios precisam ser comprados, as contas tem que ser pagas e mais que isto, a comida tem que estar na mesa.

Dito isto, encerro afirmando que é sumariamente desumano e indecente postergar salários.

SUPERLOTAÇÃO

Hoje somos 206 milhões de brasileiros!!!! Nasce um brasileiro a cada 20 segundos.

Até Breve

REFLEXÃO

O Momento de Esperança

Vivemos um momento conturbado. Muitas incertezas permeiam nosso cotidiano. Mas é fundamental que esses instantes de dificuldade sejam encarados por nós como uma oportunidade de superar desafios e fortalecer nossa confiança.

Devemos trabalhar com o intuito de melhorar a sociedade; não pedaços de uma sociedade já fragmentada, e sim a sociedade como um todo, de maneira que todos os cidadãos possam ser beneficiados. Esse deve ser nosso objetivo principal, sempre.

Ainda que muitas sejam as pedras no caminho, não devemos nos esquecer que os rios se fortalecem e fazem lindas cachoeiras. Ao golpear-se contra as rochas, as águas tornam-se mais fortes e guerreiras desviando-se de seus obstáculos atingindo seus objetivos.

Apenas juntos, apoiando-nos e buscando apoio, preocupando-nos com o bem-estar coletivo poderemos estar menos vulneráveis, mais seguros e mais estimulados para superar esse momento repleto de dúvidas.

Cecília de Lima Costa



A ASFIA pediu a renovação do convênio por meio de um ofício encaminhado no início de junho. A diretoria da Associação entende que o uso por parte dos associados da ASFIA das dependências e das programações do SESC contribui para uma melhora na qualidade de vida.

PLANFURI (ASSISTÊNCIA FUNERAL)

A empresa informa que só irá ressarcir a família do associado caso o mesmo não tenha usado o plano quando do sepultamento do titular. Caso contrário não haverá reembolso.

INFORME CULTURAL - FESTA CANCELADA

A ASFIA vem comunicar aos associados que este ano não poderemos fazer a nossa Festa Natalina e de Fim de Ano. Isto se dará em virtude de várias situações que estão ocorrendo e ocorrerão durante o ano. Gastos com atos públicos, aluguel de ônibus do interior e capital para esses atos que foram freqüentes no momento em que o Governo cogitava extinguir as fundações e principalmente o não repasse das consignações (valores) que já duram sete meses, deixando a ASFIA sem recursos para viabilizar tal evento. Queremos acreditar que o Associado da ASFIA que sempre dá apoio e acreditou na Diretoria entenda a real situação. Não há clima e finanças para festas.

NOTA DE FALECIMENTO

É com muito pesar que a Diretoria da ASFIA comunica o falecimento dos servidores **Valdir Gonçalves Barbosa Filho, motorista, e Olga Guilherme dos Santos, auxiliar de educação.** Os dois associados contribuíram muito com a ASFIA tanto com a própria participação como também no apoio às mobilizações da categoria. Descansem em paz, amigos!

Também faleceram os servidores:

- Celina Barbosa Netto;
- Solange Barbosa dos Reis.

Reuniões periódicas com a FIA

A diretoria da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) tem participado das reuniões da ASFIA. Os encontros que seriam apenas para os servidores da Fundação passaram a ser realizados com os gestores após o pedido da presidente Renata Ignarra. As reuniões são para prestação de contas da gestão da FIA com a ASFIA,

troca de informações e sugestões. Desde maio estão acontecendo reuniões quinzenais.

– Reformular o PTPA, a supervisão e cumprir com o papel da FIA. O que cabe a FIA é articular e nem tanto executar. Estamos distantes do Degase, da Delegacia. Temos que trabalhar as políticas públicas das crianças e adolescen-

tes em todas essas áreas. Precisamos sensibilizar e motivar o pessoal sem pensar na questão financeira nesse momento – resumiu a presidente da FIA.

Já o presidente da ASFIA, Rogério Fernandes, desabafou sobre o descaso do Governo do estado com a FIA:

– O Governo afirma não priorizar a área social quando considera alguns setores essenciais e não inclui a criança e o adolescente. É uma forma de estrangular a Fundação – explicou Rogério.

O decreto de calamidade pública financeira foi a confirmação da falência da administração pública. Outros decretos apresentaram medidas mais específicas para a contenção de despesas.

Um deles extinguiu cinco secretarias; outro obrigou as pastas que permaneceram cortar em 30% os gastos e o Decreto N° 45.682 também



O presidente da ASFIA, Rogério Fernandes, desabafou sobre a forma que a FIA vem sendo tratada.

não permite o aumento de despesas com pessoal e impede concurso público pelo período de um ano.

Diante desse quadro, a vice-presidente da FIA, Karine Ferreira, enfatizou que o único caminho para a Fundação é estabelecer parcerias.

– Temos que abrir esse campo e criar vagas para os adolescentes nas empresas pri-

vadas. Temos que sensibilizar empresários para o nosso perfil que é o de responsabilidade social – explicou a vice-presidente da FIA.

A diretora administrativa e financeira, Cristiane Seixas, informou que o vale-transporte dos meses abril e maio foram pagos. Ela também falou sobre o orçamento do ano que vem.



Diretoria da ASFIA se reuniu com o deputado Coronel Jairo

Audiências Públicas na Alerj

Uma série de audiências públicas sobre a FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) foi realizada na Alerj (Assembleia Legislativa) nos últimos meses. Os debates foram realizados pelas comissões de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, presidida por Tia Ju (PRB) e de De-

fesa da Pessoa com Deficiência, que tem como presidente Márcio Pacheco (PSC).

Uma audiência pública para debater modelos de políticas públicas para o setor aconteceu no dia 5 de abril. A diretoria da ASFIA esteve presente.

– O objetivo da audiência é nos unir para pensarmos soluções e realizar ações concretas para o fortalecimento da FIA – esclareceu a Tia Ju.

O presidente da Associação, Rogério Fernandes, foi um dos últimos a falar. Ele lembrou o descaso do Governo para a área de Assistência Social, especialmente em relação à infância e adolescência.

– O nosso orçamento sempre foi estrangulado. Não só nesse governo, mas também nos anteriores. Esse ainda quis



Presidente da ASFIA disse que o reordenamento é a solução para a FIA

acabar com a FIA, mas graças a nós e aos deputados dessa casa, isso não ocorreu. Mas se não fizermos nada, a FIA vai acabar do mesmo jeito. Não temos equipamentos, prédios decentes. Sem falar no pessoal para trabalhar. Sem concurso público a FIA vai deixar de

existir. Eu só vejo uma solução e vou apontá-la. O reordenamento. A FIA precisa contratar profissionais qualificados para dar continuidade aos serviços que presta – desabafou Rogério.

Já na semana seguinte, no dia 13, a audiência pública foi

sobre a renovação de convênios de instituições com a FIA.

A Alerj também fez uma doação de R\$ 2 milhões para a FIA. Outros órgãos também foram contemplados. A solicitação dos recursos foi feita pela deputada Tia Ju (PRB). A parlamentar chegou a pedir R\$ 5 milhões do Fundo Especial da Alerj. E depois da pressão da Sociedade Civil e dos parlamentares, o líder do Governo Edson Albertassi (PMDB), confirmou, no fim de julho, que o governador em exercício Francisco Dornelles, autorizou a liberação de R\$ 45 milhões para quitar os débitos com abrigos e instituições conveniadas a FIA e a extinta SEPREDQ (Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química).



A deputada Tia Ju é uma defensora dos direitos da criança e do adolescente